



CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS S.A.

Relatório de Gestão e Contas 2010

Ponta Delgada

28 De Fevereiro de 2011

Índice

I - Relatório de gestão

II - Balanço

III - Demonstração dos resultados por naturezas

IV - Demonstração das variações no capital próprio

V - Demonstração dos fluxos de caixa

VI - Anexo às demonstrações financeiras

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VIII - Certificação Legal de Contas



Relatório do Conselho de Administração

1. - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

A CIDADE EM ACÇÃO, S.A. pessoa colectiva com o número 512.088.845, com sede na Rua Azores Parque nº 102, Pavilhão 2.1, 9500 -794 Ponta Delgada, teve o seu início de actividade em Fevereiro de 2006, tendo como objecto a concepção e construção do futuro Parque Urbano de Ponta Delgada, localizado a norte da 2ª Circular de Ponta Delgada, confinado entre o Caminho da Levada e o Caminho do Pico do Funcho.

Este projecto foi iniciado e desenvolvido no âmbito de uma Parceira Público-Privada entre a então empresa Municipal Acção PDL, E.M. e um conjunto de privados, seleccionados para tal por concurso público. Entretanto, esta parceria desfez-se, tendo a Acção PDL, E.M., adquirido a participação dos privados no capital da CIDADE EM ACÇÃO, S.A..

Na prossecução do seu objecto social, a sociedade concretizou o Parque Urbano, encontrando-se este Equipamento Colectivo já edificado na referida área, mostrando já nesta fase a sua mais-valia para o bem-estar da população local, esperando-se, a breve trecho, com a entrada em funcionamento do Driving Range e do Clube House, maximizar o potencial turístico e, consequentemente, económico deste espaço de lazer. O Parque Urbano de Ponta Delgada, desenvolve-se numa área de 20,2 hectares, o que lhe confere uma dimensão única e ímpar no panorama regional.

O Parque apresenta circuitos de manutenção e de circulação pedonal em toda a sua extensão. Existem cerca de 60 diferentes espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, que se traduzem na plantação de mais de 20.000 unidades no respectivo perímetro.

Desde a sua concepção, foi preocupação dominante a inserção do Parque Urbano no espaço natural da ilha e o aproveitamento dos materiais locais para a sua construção.

O projecto reflectiu a preocupação de criar algo de novo no contexto regional, com compartimentos definidos e movimentos na relação entre eles, de forma a conferir ao



Parque Urbano uma diversidade de unidades de relevo contrastantes; daí que a modelação do terreno realizada no Parque contraste com a sua pendente original, estando orientada para sul com uma inclinação na ordem dos 5 a 10%.

Durante o ano de 2010, foram concluídas as obras dos edifícios do Clube House e do Edifício de Apoio, adquiridos os equipamentos necessários à sua manutenção e foi recepcionado definitivamente em Setembro de 2010, todo o coberto vegetal do Parque, passando assim a partir daquela data, a sua gestão e conservação a 100% para a responsabilidade da CIDADE EM ACÇÃO, S.A.

O ano de 2010 foi, pois, o ano de conclusão de todas as empreitadas do Parque Urbano, que passou em de Setembro de 2010 à fase de exploração.

Ainda não foi possível em 2010 encerrar o processo de aquisição de todos os terrenos, que está pendente de alguns processos de expropriação a decorrer em tribunal.

Em 31 de Dezembro de 2010, a dívida de médio e longo prazo era de 16,3 milhões de euros, tendo-se já procedido ao pagamento da 1ª prestação de amortização de capital.

- Estrutura Societária Situação a 31 de Dezembro de 2010

O capital social da empresa é de 103.319,00 €, representado por 103.319 acções de 1 Euro cada, subscrito do seguinte modo:

Estrutura Accionista

Entidade	Acções	Valor	Percentagem
Câmara Municipal de Ponta Delgada	103.319	103.319,00 €	100%

À data do presente relatório, todo o capital da Sociedade encontra-se realizado.

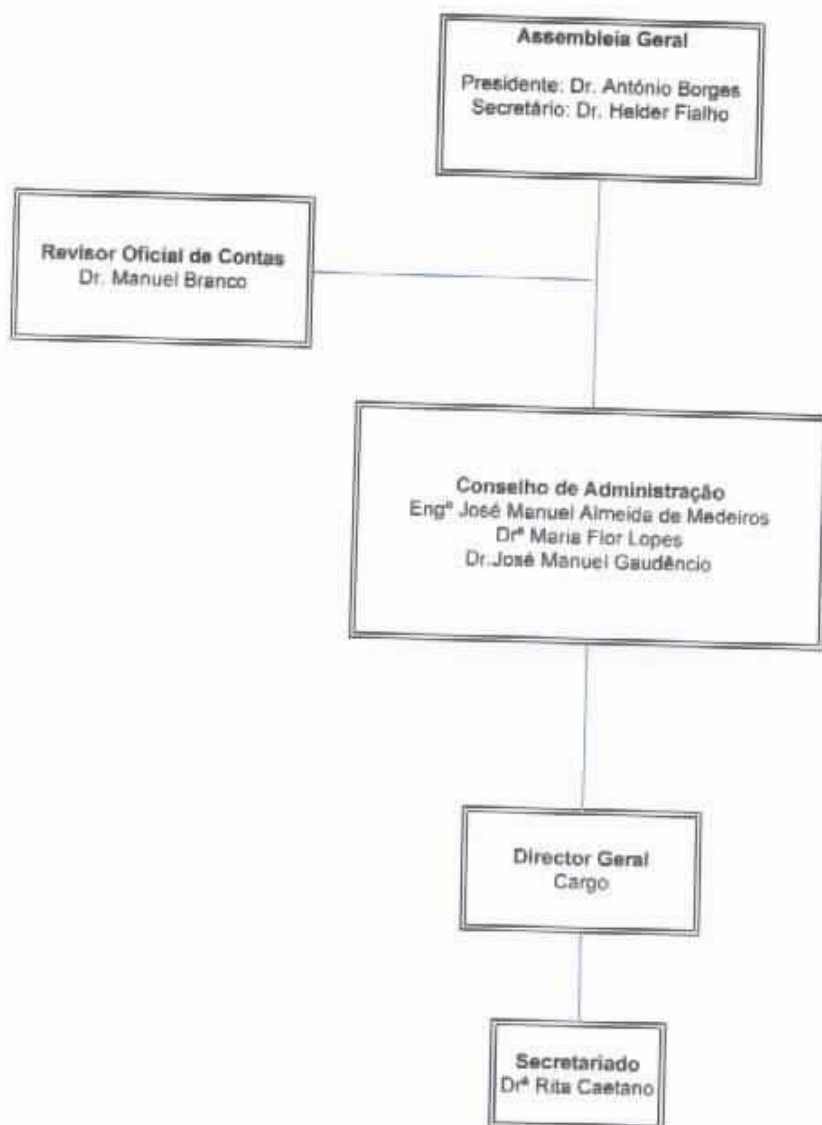
2



CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS S.A.

A Cidade em Acção, S.A. a 31 de Dezembro de 2010 tinha a seguinte estrutura organizacional:



[Handwritten signature]
3



Ao nível de recursos humanos, a sociedade contava no seu quadro em 31 de Dezembro de 2010 com 5 trabalhadores, incluindo um Director Geral que exerce, desenvolve e implementa toda a actividade operacional da empresa, assessorado em termos de secretariado por uma técnica superior. Trata-se efectivamente de uma estrutura ligeira e minimalista em termos operacionais.

Durante o ano de 2010, foram admitidos 4 funcionários (jardineiros) para a manutenção do Parque Urbano.

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos, o qual reúne mensalmente para acompanhar a gestão da sociedade, bem como avaliar, acompanhar e decidir sobre toda a actividade da empresa.

2 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após 31 de Dezembro de 2010 e até à presente data, não ocorreram factos financeiros, económicos e patrimoniais relevantes que influenciassem os resultados de 2010.

3 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

No ano de 2011, irá proceder-se á abertura do Driving Range e do Restaurante situado no edificio do Clube House.

Todo este processo estará concluído até finais de Maio de 2011, entrando-se numa nova fase da CIDADE EM ACÇÃO S.A.

4 - BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

- Procedeu-se ao cálculo das Amortizações e Reintegrações às taxas máximas do Decreto Regulamentar nº25/2009, apurando-se neste exercicio o valor de €51.003,75.



- O activo líquido da empresa, em 31 Dezembro de 2010, situou-se nos 16,740 milhões de euros.
 - Os encargos financeiros totalizaram 476,8 mil euros, o que reflecte um decréscimo de 11% face a 2009, justificado pela redução da Euribor ocorrida em 2010 face a 2009.
 - Os custos de funcionamento da empresa em 2010 totalizaram 242 mil de euros.
- O Imobilizado a 31 de Dezembro de 2010 totalizava os 16,6 milhões de euros.

5 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Como explicado no anexo ao balanço e a demonstração dos resultados, os custos incorridos até 31 de Agosto de 2010 foram considerados como imputáveis ao custo do exercício e foram levados a imobilizado em curso, dado que a actividade de exploração da CIDADE EM ACÇÃO, S.A. só ocorreu no início de Setembro de 2010.

Assim, foi apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 um resultado líquido de 8.1571,37 euros, sendo o IRC e a Derrama a pagar no valor de 1.704,55 euros.

É garantido no exercício de 2010 o equilíbrio das contas da sociedade nos termos definidos no artigo 31º nº2 da lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

É proposta pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício da seguinte forma:

- Resultados transitados 7.151,37euros;

5



- Reservas legais 1.000,00 euros

Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

Ponta Delgada, 28 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração

Eng. José Manuel Almeida De Medeiros

Dra. Maria Flor Ferreira Lopes

Dr. José Manuel dos Santos Gaudêncio

II - Balanço

Cidade em Ação, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

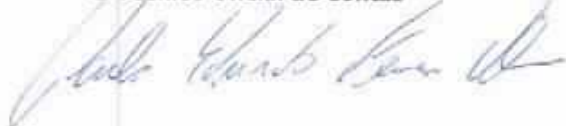
Euros

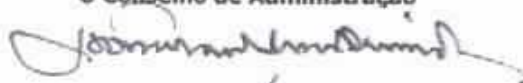
Euros

	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009 (reexpresso)
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	16.633.321,78	15.543.802,74
Activos por impostos diferidos	9	0,00	0,00
		<u>16.633.321,78</u>	<u>15.543.802,74</u>
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes	8	21.059,67	18.780,63
Adiantamentos de fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	9	62.576,87	184.717,62
Accionistas		0,00	0,00
Outras contas a receber	8	243,02	108.459,70
Diferimentos	10	2.545,36	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	20.465,86	200.399,00
		<u>106.890,78</u>	<u>512.356,95</u>
Total do activo		<u>16.740.212,56</u>	<u>16.056.159,69</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 11	103.319,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		(349,60)	(350,00)
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
		<u>102.969,40</u>	<u>49.650,00</u>
Resultado líquido do período		8.151,37	0,00
Total do capital próprio		<u>111.120,77</u>	<u>49.650,00</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	12	15.675.715,08	14.868.257,14
Passivos por impostos diferidos	9	0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<u>15.675.715,08</u>	<u>14.868.257,14</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	13	14.699,09	8.011,93
Adiantamentos a clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	9	3.087,54	2.771,54
Accionistas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	12	630.713,49	387.142,86
Outras contas a pagar	13	304.876,59	740.326,22
Diferimentos	10	0,00	0,00
		<u>953.376,71</u>	<u>1.138.252,55</u>
Total do passivo		<u>16.629.091,79</u>	<u>16.006.509,69</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>16.740.212,56</u>	<u>16.056.159,69</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração







III - Demonstração dos resultados

Cidade em Acção, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2010	2009 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados		-	-
Trabalhos para a própria empresa	14	320.753,11	676.093,68
Subsídios à exploração	15	376.920,04	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	16	(58.652,79)	(49.823,30)
Gastos com o pessoal	17	(142.929,50)	(86.290,78)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	18	82.118,45	191,44
Outros gastos e perdas	8 e 19	(40.546,80)	(1.631,64)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		537.662,51	538.539,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(51.003,75)	(1.003,06)
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		486.658,76	537.536,34
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	20	(476.802,84)	(536.945,40)
Resultado antes de impostos		9.855,92	590,94
Imposto sobre o rendimento do período		(1.704,55)	(590,94)
Resultado líquido do período		8.151,37	(0,00)

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período

0,00 0,00

Resultado líquido do período atribuível a:

Detentores do capital da empresa-mãe

0,00 0,00

Interesses minoritários

0,00 0,00

0,00 0,00

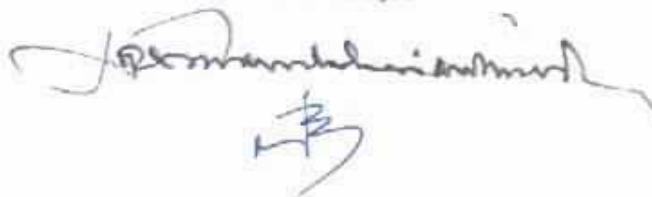
Resultado por acção básico

0,08 0,00

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração





IV - Demonstração das variações no capital próprio



CIDADE EM AÇÃO

Cidade em Ação, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital da empresa sob										Total do Capital Próprio
		Capital atribuído	Ações (preços unitários)	Outros instrumentos de capital	Prejuízo no período	Reservas legais	Outras reservas	Reservado em ações em recompração	Reservado em ações em recompração	Reservado em ações em recompração	Reservado em ações em recompração	
A 1 de Janeiro de 2009 Prévia aquisição de novo instrumento contábil Saldo inicial (respostas)		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Prévia aquisição de novo instrumento contábil Prévia aquisição de novo instrumento contábil Aquisição de ações próprias de 2009 Diferença de conversão de instrumentos financeiros Exercícios de recompração de ações (preços) e integralizações Exercícios de recompração de ações (preços) e integralizações Aquisição de ações próprias de 2009 Outros alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULADO LÍQUIDO DO PERÍODO		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
A 31 de Dezembro de 2009		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Prévia aquisição de novo instrumento contábil Prévia aquisição de novo instrumento contábil Diferença de conversão de instrumentos financeiros Exercícios de recompração de ações (preços) e integralizações Exercícios de recompração de ações (preços) e integralizações Aquisição de ações próprias de 2009 Outros alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2009		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten signature

Handwritten signature

V - Demonstração dos fluxos de caixa

Cidade em Ação, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		971,85	0,00
Pagamentos a fornecedores		(59.545,31)	(60.560,89)
Pagamentos ao pessoal		(100.042,39)	(85.535,12)
Caixa gerada pelas operações		(158.615,85)	(146.096,01)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(779,87)	(1.427,77)
Outros recebimentos/(pagamentos)		691.301,83	69.001
Fluxos de caixa das actividades operacionais		531.906,11	(78.522,85)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(1.541.064,89)	(5.211.127,03)
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento		(1.541.064,89)	(5.211.127,03)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		1.241.600,00	6.000.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	12	(193.571,43)	0,00
Juros e gastos similares	12	(238.476,87)	(538.906,50)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		812.551,70	5.461.093,50
Variação de caixa e seus equivalentes		(196.607,08)	171.443,62
Efeito de fusão	1	16.673,94	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		200.399,00	28.955,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	20.465,86	200.399,00

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração









VI - Anexo às demonstrações financeiras



Anexo às demonstrações financeiras Exercício de 2010 e 2009

1. Introdução

A **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A.**, adiante designada **CIDADE EM ACÇÃO**, tem por objecto social a promoção e desenvolvimento urbanístico e imobiliário de equipamentos urbanos, na prestação de serviços de planeamento, arquitectura, engenharia, e gestão, bem como a prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento dos equipamentos urbanos.

A **CIDADE EM ACÇÃO** rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições previstas para o sector empresarial municipal, nomeadamente pela lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro e pelo código da contratação pública.

A **CIDADE EM ACÇÃO**, como proprietária plena dos terrenos onde está edificado o Parque Urbano e as respectivas infra-estruturas complementares, manterá a sua administração e exploração nos termos e condições de viabilidade económica e financeira que se considerarem mais consentâneas com a natureza pública deste empreendimento, assumindo o accionista Câmara Municipal de Ponta Delgada o pagamento de uma quantia variável anual de acordo com as necessidades de financiamento dos fluxos financeiros operacionais, de investimento e de financiamento anuais e que garantam a manutenção do seu equilíbrio operacional anual.

A **CIDADE EM ACÇÃO** foi constituída em 16 de Dezembro de 2005, com um capital social de 50.000 euros, sendo seus accionistas empresas privadas, com 51% do capital social, e a empresa municipal **ACÇÃO PDL – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social, E.M.**, com 49% do capital. Em 16 de Fevereiro de 2009 esta empresa municipal adquiriu a totalidade das acções representativas do capital da **CIDADE EM ACÇÃO**. Entretanto, em 2010 foi dado início à fusão por incorporação da **ACÇÃO PDL** nesta, com a consequente transferência do património, observando-se os valores contabilísticos apurados em 31 de Agosto de 2010. Os activos e passivos que foram integrados na esfera patrimonial da **CIDADE EM ACÇÃO** à data da fusão podem ser assim resumidos:



CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

ACTIVO

Activo corrente

Estado e outros entes públicos

3.646

Outras contas a receber

479.311

Caixa e depósitos bancários

13.424

Total do activo

496.381

PASSIVO

Passivo corrente

Fornecedores

500

Outras contas a pagar

11.970

Diferimentos

430.591

Total do passivo

443.061

Valores incorporados

53.319

A diferença de 53.319 euros foi incorporada no capital social da CIDADE EM ACÇÃO, capital social que ficou integralmente na posse da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que era a detentora da totalidade do capital social da sociedade incorporada que se extinguiu neste processo de fusão, podendo ser assim resumida a actividade exercida nos oito meses:

Subsídios à exploração	57.594
Fornecimentos e serviços externos	(4.820)
Gastos com o pessoal	<u>(52.859)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(85)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(85)
Juros e rendimentos similares obtidos	204
Juros e gastos similares suportados	<u>(119)</u>
Resultado antes de impostos	-
Imposto sobre o rendimento do período	-
Resultado líquido do período	<u>-</u>

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro do novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2010 e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC. Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.



Este modelo de normalização contabilística sucede ao Plano Oficial de Contabilidade e demais legislação complementar que servia de suporte ao relato financeiro até 31 de Dezembro de 2009. Nesta conformidade, o balanço em 31 de Dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respectivas notas anexas do período findo naquela data, apresentadas para efeitos comparativos, ajustados e reclassificados com efeito a 1 de Janeiro de 2009, data de transição, conforme disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, os quais não tiveram qualquer impacto em capitais próprios, tendo-se reduzido a meras reclassificações de contas, designadamente no que concerne a resultados extraordinários.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

(a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais efectivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos de financiamentos obtidos e dos encargos de estrutura directamente relacionados com a construção e desenvolvimento de activos fixos tangíveis são considerados como parte integrante do custo desses activos até data da sua conclusão.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado que se indica abaixo que são objecto de revisão anual, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados:

	Anos
Edifícios e outras construções	100
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento administrativo	4 a 8



Os dispêndios subsequentes com a manutenção e reparação dos activos fixos tangíveis que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho ou a perda decorrente da alienação ou abate de activos fixos tangíveis, determinada como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada, é reconhecido em resultados no momento da sua ocorrência.

(c) Imparidade de activos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respectivos activos.

A quantia recuperável do activo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(d) Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando as houver.

(e) Imparidade de activos financeiros

As quantias escrituradas dos activos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objectiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses activos serão, ou não, afectados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objectivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.



(f) Outras contas a pagar

As outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, excepto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após a data de relato.

(h) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A CIDADE EM ACÇÃO desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os activos financeiros transferidos com o respectivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A CIDADE EM ACÇÃO desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(i) Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma certeza razoável que a Empresa irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição. Os subsídios que compensam despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas e os que compensam a aquisição de um activo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil estimada.

(j) Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.



(k) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato.

(l) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transacções registadas directamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) possa estimar fiavelmente o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para reflectirem a melhor estimativa.

Os activos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(n) Especialização de custos e proveitos

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Outras contas a pagar e a receber e diferimentos.

**(o) Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transacções existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

(p) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não dão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Numerário	-	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	20.466	200.399
	<u>20.466</u>	<u>200.399</u>

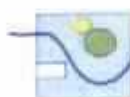
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2010, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2009, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

O capital social da CIDADE EM ACÇÃO é de 103.319 euros, representado por 103.319 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas na totalidade pelo Município de Ponta Delgada, na sequência do processo de fusão descrito na nota introdutória do anexo.

**7. Activos fixos tangíveis**

O movimento ocorrido durante o ano nos activos fixos tangíveis, bem como o saldo dos Investimentos em curso em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, compreendem:

	31 de Dezembro de 2009			
	Saldo em 01-01-2009	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	Saldo em 31-12-2009
Custo:				
Equipamento básico	-	29.265	-	29.265
Equipamento administrativo	2.502	1.713	-	4.215
Investimentos em curso	9.944.796	5.568.211	-	15.513.007
	<u>9.947.297</u>	<u>5.599.189</u>		<u>15.546.486</u>
Depreciações acumuladas				
Equipamento básico	-	458	-	458
Equipamento administrativo	1.680	546	-	2.226
	<u>1.680</u>	<u>1.003</u>		<u>2.684</u>
Valor líquido	<u>9.945.617</u>			<u>15.543.803</u>

	31 de Dezembro de 2010			
	Saldo em 01-01-2010	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	Saldo em 31-12-2010
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	-	-	4.850.500	4.850.500
Edifícios e outras construções	-	-	11.265.706	11.265.706
Equipamento básico	29.265	81.844	-	111.108
Equipamento administrativo	4.215	318	-	4.533
Investimentos em curso	15.513.007	1.099.306	(16.157.151)	455.161
	<u>15.546.486</u>	<u>1.181.468</u>		<u>16.687.009</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	-	37.177	-	37.177
Equipamento básico	458	12.921	-	13.378
Equipamento administrativo	2.226	906	-	3.132
	<u>2.684</u>	<u>51.004</u>		<u>53.687</u>
Valor líquido	<u>15.543.803</u>			<u>16.633.322</u>

O movimento do ano dos activos fixos tangíveis em curso tem a seguinte composição:



	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Transferências/ Anulações</u>	<u>Saldo final</u>
Custo com aquisição de terrenos	5.098.611	-	(5.098.611)	-
Encargos com a empreitadas	8.100.819	565.123	(8.665.942)	-
Adiantamentos a fornecedores	246.469	-	208.693	455.161
Outros encargos	<u>453.611</u>	<u>213.430</u>	<u>(667.041)</u>	-
Total dos custos directos	13.899.510	778.553	(14.222.902)	455.161
Encargos de estrutura	420.221	-	(420.221)	-
Encargos financeiros	<u>1.193.275</u>	<u>320.753</u>	<u>(1.514.028)</u>	-
	<u>15.513.006</u>	<u>1.099.306</u>	<u>(16.157.151)</u>	<u>455.161</u>

Os custos relacionados com o Parque Urbano foram transferidos para exploração reportados a 1 de Setembro de 2010, data considerada como de arranque da sua actividade. Os terrenos já liquidados e ainda não registados em nome da CIDADE EM ACÇÃO serão mantidos em activos em curso enquanto não estiver garantida a transferência da sua propriedade.

8. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo de clientes e outras contas a receber resume-se como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Clientes		
Outros	21.060	18.781
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	<u>21.060</u>	<u>18.781</u>
Outras contas a receber		
Fornecedores com saldo credor	243	243
Pessoal	-	3.023
Processo Judicial	-	105.193
	<u>243</u>	<u>108.460</u>

Com excepção de 20.082 euros que estão registados na rubrica de Outros gastos e perdas, as restantes verbas relacionadas com o processo judicial que transitou do ano anterior foram regularizadas pela Instituição de crédito.

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

**CIDADE EM ACÇÃO**

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos por conta	-	-	1.470	-
IRC a pagar	-	98	-	591
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	969	-	869
Rendimentos prediais	-	-	18	-
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	58.371	-	43.230	-
IVA - reembolsos pedidos	-	-	140.000	-
Contribuições para a segurança social				
	-	2.021	-	1.312
Outros				
	4.206	-	-	-
	<u>62.577</u>	<u>3.088</u>	<u>184.718</u>	<u>2.772</u>

A CIDADE EM ACÇÃO está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa reduzida a aplicar para determinação do IRC é de 17,5%, acrescida da derrama à taxa máxima de 10%, conduzindo a uma taxa de imposto agregada de 19,25%.

Como estabelecido na Lei das Finanças Locais, a CIDADE EM ACÇÃO está também sujeita à derrama fixada pelo Município até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções fiscais, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

O imposto sobre o rendimento compreende a estimativa de IRC a pagar de 1.705 euros e de 591 euros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existindo nessas datas quaisquer diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais susceptíveis de registo contabilístico em impostos diferidos activos e passivos.

A Administração entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica compreende:



	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Seguros liquidados	2.545	-	-	-
	<u>2.545</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

11. Capital e reservas

O capital social da CIDADE EM ACÇÃO é de 103.319 euros, representado por 103.319 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pelo Município de Ponta Delgada.

Em 26 de Março de 2010, foram aprovadas em Assembleia Geral as contas relativas ao exercício de 2009, sendo o resultado líquido apurado nulo.

12. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010, existia uma dívida com exigibilidade superior a um ano relacionada com o empréstimo de longo prazo que poderá atingir o montante máximo de 16.500.000 euros. Este financiamento utilizado no montante acumulado de 16.306.428,57, tem um prazo de 20 anos, vencendo juros à taxa anual Euribor de 6 meses, acrescida de uma margem de 1,75% pontos percentuais e será reembolsado em prestações semestrais de capital e juros, sucessivas e iguais. As obrigações emergentes deste financiamento estão garantidas pela consignação de receitas que o accionista Município de Ponta Delgada irá pagar a título de subsídios à exploração e ao investimento.

A exigibilidade do empréstimo de médio e longo prazo resume-se como se segue (por anos):

Anos	Valor
2011	630.714
2012	487.143
2013	537.143
2014	587.143
2015 e seguintes	14.064.286
	<u>16.306.429</u>

A prestação de capital de 193.571 euros vencida em 22 de Dezembro de 2010 está classificada com passivo corrente.

13. Fornecedores e outras contas a pagar



Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 as rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fornecedores		
Outros	<u>14.699</u>	<u>8.012</u>
Outras contas a pagar		
Fornecedores de imobilizado	30.287	706.328
Remunerações a liquidar	15.106	8.671
Juros a liquidar	248.316	9.662
Pessoal	5.028	-
Outros	<u>6.140</u>	<u>15.665</u>
	<u>304.877</u>	<u>740.326</u>

Os juros e outros encargos relacionados com a prestação de capital de 193.571 euros vencida em 22 de Dezembro de 2010 referida na Nota 12 perfazem o montante de 226.458 euros.

14. Trabalhos para a própria empresa

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os encargos capitalizados e integrados no custo do Parque urbano resumem-se como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Encargos de estrutura	-	138.584
Encargos financeiros	<u>320.753</u>	<u>537.510</u>
	<u>320.753</u>	<u>676.094</u>

15. Subsídios à exploração

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo desta rubrica compreende o subsídio para compensação das despesas relacionadas com a actividade da CIDADE EM ACÇÃO.

16. Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e serviços externos dos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalham-se conforme se segue:



	2010	2009
Trabalhos especializados	13.878	6.212
Honorários	5.861	5.000
Conservação e Reparação	12.584	139
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	2.804	8
Electricidade	3.801	-
Combustíveis	2.818	1.035
Água	2.499	14.168
Deslocações e Estadas	3.081	6.636
Outros	<u>11.327</u>	<u>16.624</u>
	<u>58.653</u>	<u>49.823</u>

17. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalham-se conforme se segue:

	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	75.388	65.426
Remunerações do pessoal	45.843	8.561
Encargos sobre remunerações	19.970	12.281
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	708	23
Outros	<u>1.021</u>	<u>-</u>
	<u>142.930</u>	<u>86.291</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, havia cinco trabalhadores ao serviço da empresa (em 2009 havia dois trabalhadores).

18. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de outros rendimentos e ganhos têm a seguinte composição:

	2010	2009
Rendimentos suplementares	80.886	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	481	191
Outros	<u>751</u>	<u>-</u>
	<u>82.118</u>	<u>191</u>

Na rubrica de Rendimentos suplementares estão registados os rendimentos no montante de 63.881 euros que transitaram do processo de fusão relacionados com activos que foram neste âmbito desconhecidos

**19. Outros gastos e perdas**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de outros gastos e perdas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Impostos		
Directos	1.559	-
Indirectos	717	858
Taxas	<u>17.141</u>	-
	19.417	858
Outros	<u>1.048</u>	<u>774</u>
	<u>20.465</u>	<u>1.632</u>

Inclui uma verba de 17.128 euros relativa aos trabalhos de auditoria do Tribunal de Contas.

20. Juros e gastos similares

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica resume-se como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	447.893	462.030
De mora e compensatórios	66	9
Outros juros	7	-
Imposto selo sobre os juros	28.805	74.906
Outros	<u>32</u>	<u>-</u>
	<u>476.803</u>	<u>536.945</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações ao capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo da **CIDADE EM ACCÇÃO - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A.**, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer:

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultado satisfatório e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias à uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos;
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da actividade da **CIDADE EM ACCÇÃO** tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessárias ao cumprimento das funções que lhe competem;
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da **CIDADE EM ACCÇÃO**;
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras suatizam os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício;
5. As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das contas são as constantes do Anexo ao Balanço e a Demonstração dos Resultados e correspondem à correcta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais;
6. Em face do que antecede, somos do parecer de que:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011; e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponto Delgado, 28 de Fevereiro de 2011



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA

representado por António Manuel Lemos, Presidente do Conselho

VIII - Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras anexas da **CIDADE EM ACÇÃO - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A.**, às quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de balanço de 16.720.722 euros), um total de capital próprio de 111.121 euros, incluindo um resultado líquido de 8.151 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como o adobo de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

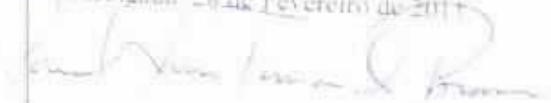
Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CIDADE EM ACCÃO - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos contínuamente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto Delgado, 28 de Fevereiro de 2011



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA

representada por António Leão, representante legal, inscrita no Registo